



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário	Local	Coordenador
26.06.2019	14h	Sala de Reunião da Presidência	Dr. Alexandre Branco Pucci

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

1. Atender a Resolução 198, art 9º, do CNJ, em que os tribunais deverão promover Reunião de Análise da Estratégia - RAE, para acompanhamento dos resultados, nas quais poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional

3. PARTICIPANTES

1. Dr. Alexandre Branco Pucci (Juiz Auxiliar da Presidência)
2. Dr. Fernando Chemin Cury (Juiz Auxiliar da Presidência)
3. Dr. Fernando Paes de Campos (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência)
4. Dr. César Castilho Marques (Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça) – Ausente em razão de viagem oficial, acompanhando o Excelentíssimo Sr. Corregedor Geral de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins
5. Newton Cesco Junior (Diretor de Planejamento)
6. Josiany Angelica Silva Oliveira (Coordenadora de Planos Institucionais)
7. Viviane de Pinho (Coordenadora de Racionalização e Projetos Estratégicos)

4. PAUTA

Assunto

1. Apresentação do panorama referente ao 2º semestre de 2018 do Plano Estratégico 2015-2020.
2. Apresentação dos resultados estatísticos do TJMS do 2º semestre de 2018 em relação ao 1º semestre de 2018, conforme a Resolução 76/2009 (Justiça em Números) do Conselho Nacional de Justiça.

5. DISCUSSÃO DA RAE

Iniciada a reunião, o Diretor de Planejamento, Sr. Newton Cesco Junior, cumprimentou os membros do comitê gestor da estratégia, conceituou o que é a RAE (Reunião de Análise da



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

Estratégia), esclareceu sua importância, quem são seus participantes e sua pauta. Em seguida, deu início à análise dos resultados do Plano Estratégico referentes ao segundo semestre de 2018, expondo os critérios utilizados para classificar os objetivos estratégicos. Dessa forma, foram considerados: satisfatórios, sinalizados com a cor verde, aqueles que tiveram resultado igual ou maior que 90%; regular, sinalizados com a cor amarela, os objetivos com resultados entre 90 e 60%; ou insatisfatórios, sinalizados com a cor vermelha, os que obtiveram resultado menor que 60% da meta estabelecida. Esses resultados foram alcançados através da média de seus respectivos indicadores. O mapa estratégico sinalizado foi apresentado ao comitê, dando ênfase ao objetivo 9 e 10, com resultados regulares, e aos objetivos 6 e 13, com resultados insatisfatórios. Os objetivos 1 e 7 não tiveram resultados disponíveis no período, enquanto os demais foram classificados como satisfatórios. Os indicadores com resultados satisfatórios foram discutidos levando-se em conta os percentuais de cumprimento da meta. Os indicadores 2.1 e 2.2, referentes aos tempos médio de tramitação dos processos de conhecimento criminais, e não criminais, baixados no 1º grau, alcançaram 91% e 95%, respectivamente, de cumprimento da meta. O indicador 3.1 “Taxa de desempenho dos processos redesenhados” obteve 107% de cumprimento da meta, enquanto o 3.2 “Número de servidores treinados em BPM” auferiu 110%. O indicador “4.1 Taxa na agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública”, teve como resultado 78%, representando cumprimento de 112% da meta previamente estabelecida. Quanto ao indicador “5.2 Índice de concentração de processos dos maiores litigantes”, o resultado foi 116% de cumprimento. Os indicadores “8.1 Taxa de novos servidores treinados” “9.2 Cumprimento do plano de ação de qualidade de vida no trabalho” e “10.1 Cumprimento do plano de obras” alcançaram 100% a meta. Para o “10.3 Índice de Atendimento de serviços”, indicador administrador pela Secretaria de Bens e Serviços, o resultado foi de 99%. Em relação aos indicadores da Secretaria de Tecnologia da Informação, “12.1 Índice de Governança de TI (iGov - JUD)” e “12.2 Cumprimento dos Acordos de Nível dos Serviços (SLAs)” os resultados foram de 94 e 93% de desempenho em relação ao valor alvo, respectivamente. A seguir, teve início a apresentação do indicador “9.1 Índice de afastamento de servidores decorrentes de atestado médico e licença médica IAFAST”, que apresentou resultado regular com 77% de realização da meta. O Sr. Newton Cesco esclareceu que para este indicador foram consideradas as licenças para tratamento de saúde inicial e prorrogação, licença para tratamento de saúde de pessoa da família, falta abonada por atestado médico e falta abonada por atestado médico para pessoa da família. Foi feita demonstração da evolução histórica do indicador, que teve pior resultado em 2016, com 3,26% e o melhor resultado no primeiro semestre de 2018, com 2,32%. No segundo semestre de 2018, o índice ficou em 2,58%, representado por 16.959 dias de afastamento e 2.244 servidores afastados. A Sra. Josiany Angelica S. Oliveira ponderou que, a Coordenadoria de Saúde desenvolve ações do programa de qualidade de vida com intuito de diminuir o IAFAST, entretanto, muitas ações são feitas sob demanda, e em alguns casos após o servidor apresentar enfermidade. Sendo assim, foi levantada a possibilidade de ampliar as ações do programa de qualidade de vida. Em prosseguimento, iniciou-se a análise dos indicadores com desempenho insatisfatório, sendo o primeiro o “6.1 Taxas de sessões positivas realizadas pelos CEJUSC's, que teve como resultado 36% de sessões positivas. No cômputo do indicador foram considerados mediações processuais e pré-processuais e conciliações processuais e pré-processuais, tendo estas últimas alcançado 73% de acordos. O



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

menor percentual de acordos, por outro lado, vem das conciliações processuais, com apenas 14%. Segundo o NUPEMEC, esse resultado decorre do fato dos grandes litigantes terceirizarem a participação nas audiências para escritórios de advocacia, sem de fato conceder autoridade para negociação. O indicador seguinte, “6.2 Número de CEJUSC's implantados” apresentou pouca variação desde sua criação, em 2015. Seu histórico demonstra que houve variação apenas em 2017, quando o número chegou a 10, voltando a 9 Centros Judiciários de Solução de Conflitos no ano seguinte. A Sra Josiany Angelica S. Oliveira destacou que a meta é implantar, no mínimo, um CEJUSC em cada comarca de segunda entrância e entrância especial até 2020, o que representaria ao TJMS ter, pelo menos, 29 Centros em funcionamento. Os resultados do Relatório Justiça em Números demonstram que o TJMS apresenta o quinto pior resultado, dentre os tribunais de pequeno porte, quanto ao número de CEJUSCs, e o oitavo pior resultado da Justiça Estadual. O juiz auxiliar da Presidência, Dr. Fernando Chemin Cury ressaltou a necessidade de maior investimento na criação de CEJUSCs, inclusive diante de determinações do CNJ para ampliação e fortalecimento de soluções alternativas de conflito. Também foi discutido que as restrições orçamentárias dificultam a melhoria desse indicador. O indicador “10.2 Índice de solicitações recebidas fora do prazo” apresentou piora, se comparado ao semestre anterior, 45,25% diante de 36,23%. Quando analisado por categorias, os pedidos de compra recebidos fora do prazo apresentaram índice de 9% e as compras através da utilização de ata de registro de preços, 9,37%. O Sr. Newton Cesco Junior enfatizou que a Presidência do Tribunal encaminhou ofício a todas as áreas informando a data limite para solicitações, e com isso, espera-se que o indicador tenha melhor desempenho para a próxima apuração. O indicador “13.1 Taxa de execução orçamentária dos projetos estratégicos” também apresentou resultado insatisfatório. O Sr. Diretor de Planejamento explicou que esse indicador representa a execução orçamentária dos projetos estratégicos previstos e que o implemento de 16,96% representa a falta de gerência das áreas, tanto no cumprimento dos planos traçados, quanto na elaboração de projetos. O juiz auxiliar da Vice-Presidência, Dr. Fernando Paes, ponderou que falta cultura de planejamento da instituição e propôs que haja reuniões entre as áreas e a Assessoria de Planejamento para diminuir esse gargalo, inclusive, com o registro em ATA das decisões tomadas durante as reuniões. Em continuação, o Sr. Newton Cesco Junior apresentou as alterações realizadas na Revisão do Plano Estratégico, ocorrida no primeiro semestre de 2019. O indicador “5.1 percentual de cumprimento de monitoramento dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos” foi excluído do Plano Estratégico por falta de base de dados confiável e de plano de ação vinculado ao indicador. Também foi excluído o indicador “7.1 ENASP – Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública”, por já não constar mais no CNJ. Por sua vez, o indicador “11.1 Lacuna de Tecnologia da informação e comunicação para o projeto “Elaboração e implantação de modelo de software de gestão de desempenho dos oficiais de justiça” foi excluído por já ter sido integralmente cumprido e exaurida sua função. Durante a revisão, foram criados dois novos indicadores: “2.3 Índice de Atendimento à Demanda no Primeiro Grau” e “7.1 Casos pendentes de conhecimento em violência doméstica contra a mulher”, ambos com apuração semestral e meta de 101%. Em seguida, foram apresentados os dados estatísticos do segundo semestre comparados ao primeiro semestre de 2018. A Justiça Comum, no primeiro semestre, somente no mês de março os baixados superaram os casos novos. No segundo semestre, esse feito foi obtido nos meses de agosto e outubro. Essa relação entre baixados e



ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS - RAE

casos novos reflete o Índice de Atendimento à Demanda, retratado no novo indicador, nº 2.3. Nos Juizados, em setembro, outubro e dezembro os processos baixados superaram o número de casos novos. Quanto ao número de sentenciados, na Justiça Comum, os resultados foram melhores no segundo semestre, quando estes superaram os casos novos em agosto, setembro, outubro e novembro. O sr. Newton Cesco Junior afirmou que, embora, os resultados dos sentenciados estejam bons, permanece a necessidade de aumentar o número de processos baixados. Nos Juizados, o número de processos sentenciados foi expressivo e superou, em todos os meses do segundo semestre, o número de casos novos. Na análise do quantitativo de processos novos, houve redução de entrada na Justiça Comum, com menos 3%, e nos Juizados, de 4,6% no segundo semestre de 2018. Na Justiça Comum, o número de novos processos que entraram no segundo semestre foi 100.246. Os casos pendentes na Justiça Comum não tiveram variação em relação ao semestre anterior, enquanto nos Juizados houve uma redução de 2,8%, fechando o segundo semestre com 83.047 processos. O número de processos baixados variou positivamente na Justiça Comum e nos Juizados, com 5,3% e 4,2, respectivamente. Quanto aos processos baixados, apesar da variação positiva, no segundo semestre, nos dois segmentos, o quantitativo ficou abaixo dos casos novos e dos sentenciados, o que representa retenção de processos. Os processos sentenciados tiveram um crescimento de 7,2%, subindo de 95.507 para 102.337 na Justiça Comum e 8,8% nos Juizados, ou seja, de 47.675 para 51.883. Em seguida, foram mostradas as representações gráficas dos dados já discutidos. Por fim, foram apresentadas as propostas para deliberação. A primeira consiste em convidar os responsáveis pelas áreas que apresentarem indicadores com resultados insatisfatórios para as próximas RAEs, para que exponham justificativas e propostas de planos de ação ou projetos estratégicos a fim de alavancar os resultados, diminuir os gargalos e, conseqüentemente, atingir as metas estabelecidas no plano estratégico. Os membros do comitê aprovaram essa proposta. Em seguida, foram discutidas datas para as próximas duas reuniões, ficando aprovados pelos membros, os dias 17 de julho e 21 de agosto às 14 horas, na sala de reuniões da Presidência. Não havendo mais nada a relatar, eu, Josiany Angelica Silva Oliveira, lavrei a presente ata e dou-a por encerrada. Após, será repassada pelo SCDPA para assinatura digital dos membros do Comitê.

6. FECHAMENTO DA ATA

Participantes

Assinatura Digital

1. Dr. Alexandre Branco Pucci (Juiz Auxiliar da Presidência)
2. Dr. Fernando Chemin Cury (Juiz Auxiliar da Presidência)
3. Dr. Fernando Paes de Campos (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência)
4. Newton Cesco Junior (Diretor de Planejamento)
5. Josiany Angelica Silva Oliveira (Coordenadora de Planos Institucionais)
6. Viviane de Pinho (Coordenadora de Racionalização e Projetos Estratégicos)



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

**ATA DA 13ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS -
RAE**

7. DATA DA ATA

Campo Grande, 26.06.2019